PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO

ATA N.º 4

No dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, pelas 9 horas e 30 minutos, na Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento Territorial, reuniu o júri do procedimento concursal identificado em epígrafe, autorizado por deliberação de Câmara Municipal de Mealhada, em 10 de julho de 2023, tendo estado presentes: Margarida Costa, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento Territorial, na qualidade de presidente, Rui Santos, Técnico Superior, na qualidade de primeiro vogal efetivo, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos e Ana Tomás, Assistente Técnica, na qualidade de segundo vogal efetivo, para:

- Proceder à correção das provas de avaliação de conhecimentos e elaboração da lista ordenada alfabeticamente dos resultados daquela, de acordo com as normas legais vigentes.

A prova de conhecimentos, bem com a respetiva correção foram previamente elaboradas pelo júri do procedimento, o que faz parte integrante da presente ata – Anexo I.

Os candidatos admitidos, no total de 48, foram notificados para a realização da prova de conhecimentos, que se realizou no dia 18 de outubro de 2023, pelas 14 horas, na Escola Secundária, sita na Avenida das Escolas, 3050-356 Mealhada tendo faltado vinte e sete candidatos, abaixo indicados:

N.º do candidato	Nome do candidato
15127	João Pedro dos Santos Pinto
15153	Nuno Miguel Duarte Rodrigues
15202	Lilia Vieru Smigon
15223	Bruno Valter Pereira Martins
15224	Andreia Filipa Santos Regalado
15282	António José Carvalho Fontes
15283	Silvana Rafaela Sacramento
15377	Sofia Alexandra da Silva Geraldes
15378	Pedro Faustino Simões Pimenta Pinto de Jesus
15500	Inês Galvão Pimenta Martins
15539	Bruna Filipa da Costa Pinto
15613	Mónica Isabel Rodrigues da Silva
15672	Inês Regina Rolinho Leandro
15677	Vanessa Gabriela Monteiro Ramos
15736	Umbelina Alves Porto
15787	Miriam Sofia Machado da Silva
15857	Cristina Maria Rodrigues Ribeiro da Silva Rasteiro
15904	António Rui Loureiro Duarte
15907	Maria Isabel Ferreira da Silva
15914	Tânia Filipa Soares Vieira
15954	Maria Leonor Fernandes de Castro

15957	Ana Lara de Jesus Oliveira
15959	Maria Inês Baptista de Matos
15960	Daniela Maria Miguens Guerreiro
15963	Cátia Marisa Ferreira Duarte
16006	Inês Maria da Silva Soares
16007	Marisa Daniela Santos Costa Viegas

Compareceram à prova de conhecimentos vinte e um candidatos, a saber:----------

N.º do candidato	Nome do candidato
15227	Isabel Maria Oliveira Martins
15228	Carla Sofia Vasco Santos
15281	Rui Jorge Barbosa Fonseca Soares
15485	Tânia Sofia Ferreira Alves
15486	Ana dos Santos Ferreira
15517	Manuel Cláudio Teixeira e Costa
15538	Márcia Raquel Vieira Dinis
15540	Maria João da Silva Simões
15541	Mariana Dias Coimbra de Melo
15610	Sara Margarida da Silva Ramos
15674	Sandra Cristina Correia Martins
15899	Marlene da Silva Pinto
15900	Vera Lúcia da Silva Pinto
15901	Marta Margarida de Oliveira Rodrigues
15911	Inês Ferreira Figueiredo
15955	Maria Anabela Tavares Henriques
15956	Ana Carolina Soares Góis
15962	Ana Raquel Marques Amaral Candeias
15965	André João Coelho de Almeida
15984	Mónica Raquel Valdiviesso Neto Pires
15985	Tânia Vieira Martins

Durante a realização da prova de conhecimentos, o júri garantiu o anonimato dos candidatos para efeitos de posterior correção, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, através da atribuição de um código gerado eletronicamente aquando da entrega das candidaturas.----------

O júri corrigiu as provas, de acordo com os critérios constantes do Anexo I, tendo sido obtidos os seguintes resultados:----------

N.º da prova	Resultados	N.º da prova	Resultados
15227	7,5	**15538**	3,25
15228	9,5	**15540**	15,25
15281	3,75	**15541**	14
15485	5	**15610**	8,25
15486	6	**15674**	3,25
15517	8	**15899**	4

15900	3,25	**15956**	3,5
15901	2,25	**15962**	5,75
15911	4,25	**15965**	1,25
15955	8,25	**15984**	desistiu
15985	desistiu		

De seguida, o júri fez a correspondência do n.º da prova com o candidato, tendo procedido à abertura do envelope onde constavam os números dos candidatos e da prova, a saber:----------

N.º da prova	Nome	Resultados
15956	Ana Carolina Soares Góis	3,5
15486	Ana dos Santos Ferreira	6
15962	Ana Raquel Marques Amaral Candeias	5,75
15965	André João Coelho de Almeida	1,25
15228	Carla Sofia Vasco Santos	9,5
15911	Inês Ferreira Figueiredo	4,25
15227	Isabel Maria Oliveira Martins	7,5
15517	Manuel Cláudio Teixeira e Costa	8
15538	Márcia Raquel Vieira Dinis	3,25
15955	Maria Anabela Tavares Henriques	8,25
15540	Maria João da Silva Simões	15,25
15541	Mariana Dias Coimbra de Melo	14
15899	Marlene da Silva Pinto	4
15901	Marta Margarida de Oliveira Rodrigues	2,25
15984	Mónica Raquel Valdiviesso Neto Pires	Desistiu
15281	Rui Jorge Barbosa Fonseca Soares	3,75
15674	Sandra Cristina Correia Martins	3,25
15610	Sara Margarida da Silva Ramos	8,25
15485	Tânia Sofia Ferreira Alves	5
15985	Tânia Vieira Martins	Desistiu
15900	Vera Lúcia da Silva Pinto	3,25

As provas de conhecimentos, bem como as folhas com o nome do candidato e número de prova foram rubricadas pelos elementos do júri do procedimento e arquivadas na respetiva pasta do concurso.----------

Nesta conformidade, o júri deliberou promover a notificação, por correio eletrónico, dos candidatos excluídos ao concurso por terem obtido nota inferior a 9,5 valores no método de seleção "Prova de Conhecimentos", nos termos conjugados do artigo 6.º n.º 1 e artigo 22.º n.º 1 da Portaria e dos artigos 121.º e 122.º, todos do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para audiência prévia dos interessados no procedimento, que poderão dizer, por escrito e no prazo de dez dias úteis, o que se lhes oferecer sobre o sentido da decisão no presente concurso.----------

Mais deliberou o júri promover a notificação, por correio eletrónico, dos candidatos admitidos para a realização da Avaliação Psicológica – 2.º Método de Seleção Obrigatório.----------

Finalmente, o júri elaborou a lista ordenada alfabeticamente dos resultados do método de seleção "Prova de Conhecimentos" – Anexo II da presente ata -, que será publicitada na página da internet da Câmara Municipal e no edifício dos Paços de Concelho, nos termos do artigo 22.º n.º 1 da Portaria.----------

E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida por cada um dos presentes e aprovada, vai ser assinada por todos os elementos do Júri que nela participaram.----------

Presidente do Júri	1.º Vogal	2.ª Vogal
Assinado por: **MARIA MARGARIDA PONTES DA SILVA SANTOS COSTA** Num. de Identificação: 05336737 Data: 2023.10.27 14:17:47+01'00' ……	Assinado por: **RUI MIGUEL PIMENTA DOS SANTOS** Data: 2023.10.27 10:48:09+01'00' ……	Assinado por: **ANA ISABEL TOMÁS DUARTE FERNANDES** Num. de Identificação: 12156136 Data: 2023.10.27 10:58:35+01'00' ……
(Margarida Costa)	(Rui Santos)	(Ana Tomás)
CARTÃO DE CIDADÃO	CARTÃO DE CIDADÃO	CARTÃO DE CIDADÃO

ANEXO I

Critérios de correção da Prova de Conhecimentos

Grupo I

1. O Sr. Marcolino da Conceição formulou um pedido na Câmara Municipal, em 20 de setembro de 2022. Após análise do mesmo, o Presidente da Câmara tomou uma decisão de indeferimento sem lhe conferir o direito de audiência prévia, nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

Em que situações é legalmente admissível não proceder à audiência prévia dos interessados? Justifique. *(1 valor)*

De acordo com o artigo 124.º n.º 1 do CPA, a audiência prévia pode ser dispensada em várias situações.

2. No âmbito de um procedimento de licenciamento de obras de construção, a Câmara Municipal notificou o Sr. Josué Milhafre para proceder à entrega de elementos adicionais num prazo de 10 dias.

Este prazo é contado em dias seguidos? *(1 valor)*

O prazo suspende-se aos sábados, domingos e feriados – alínea c) do artigo 87.º CPA

3. Em 25 de março de 2023, o Presidente da Câmara indeferiu um pedido de licenciamento.

Diga se, à luz do regime jurídico das autarquias locais, esta decisão pode ser objeto de recurso para a Câmara Municipal, justificando a sua resposta. *(1 valor)*

Nos termos do artigo 34.º n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as decisões tomadas pelo presidente ao abrigo de competências delegadas podem ser objeto de recurso para a Câmara Municipal

4. A Sr.ª Belarmina Leitão é funcionária pública. Por força da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), esta trabalhadora encontra-se vinculada a um conjunto de deveres específicos.

Com base na referida lei, diga em que consiste o dever de isenção. *(1 valor)*

O dever de isenção consiste em não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce, de acordo com o artigo 73.º n.º 4 da LTFP.

Grupo II

5. O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aplicável ao controlo prévio das operações urbanísticas consagradas no mesmo.

a) Nos termos do RJUE, indique o que distingue, em termos procedimentais, um licenciamento e uma comunicação prévia. *(2 valores)*

O licenciamento é um procedimento administrativo, com várias fases encadeadas, dependentes de atos administrativos sucessivos, ao passo que a comunicação prévia é uma declaração do interessado que, quando corretamente instruída, permite a imediata execução das obras.

b) Um interessado pretende conhecer da viabilidade de realizar determinada operação urbanística num prédio seu.

Qual o procedimento previsto no RJUE de que o interessado pode lançar mão? *(0,75 valores)*

O interessado pode requerer uma informação prévia, ao abrigo do artigo 14.º do RJUE.

6. Em 28 de Fevereiro de 2023, foi entregue pelo Sr. Constâncio Anastácio uma comunicação prévia de uma operação urbanística.

a) De que prazo dispõe a Câmara Municipal para proceder ao saneamento e apreciação liminar do pedido? Justifique e fundamente. *(0,75 valores)*

8 dias – 11.º n.º 2 RJUE

b) No caso de o pedido se encontrar incorretamente instruído, de que prazo dispõe o interessado para o seu aperfeiçoamento? *(0,75 valores)*

15 dias – 11.º n.º 3 RJUE

7. No dia 20 de abril de 2022, foi deferido um pedido de licenciamento de obras de alteração de um anexo.

a) De que prazo dispõe o interessado para solicitar a emissão do alvará? *(1 valor)*

Nos termos do artigo 76.º n.º 1 do RJUE, o interessado dispõe do prazo de um ano.

b) Caso se esgote esse prazo sem que seja solicitada a emissão do alvará, qual a consequência imposta por lei? *(1 valor)*

Declaração de caducidade, nos termos do artigo 71.º n.º 5 do RJUE.

8. No decurso da execução de uma obra de construção de uma moradia unifamiliar com alvará de construção em vigor, o proprietário pretende executar uma obra de ampliação.

Nos termos do RJUE, tal operação urbanística está sujeita a que procedimento? *(2 valores)*

De acordo com o artigo 83.º n.º 3 do RJUE, está sujeito a licença.

9. Um munícipe pretende substituir o telhado da sua habitação, removendo as telhas existentes e colocando painel sandwich com acabamento exterior idêntico ao original.

a) Esta obra está sujeita a alguma formalidade junto da Câmara Municipal? *(1 valor)*

Comunicação de início de trabalhos – artigo 80.º-A do RJUE

b) A isenção de controlo administrativo prévio no caso em apreço está dependente do cumprimento de algum pressuposto? *(1 valor)*

Eficiência energética – artigo 6.º-A n.º 1 alínea h) do RJUE

10. Em 9 de outubro de 2021, foi emitido o alvará de construção para efeitos de execução de uma moradia unifamiliar, pelo prazo de dois anos. No decurso da execução da obra, o proprietário necessita de solicitar a prorrogação do referido prazo. Diga, nos termos do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, que elementos instrutórios devem acompanhar o pedido. (*1 valor)*

Artigo 54.º n.º 2 do RMUE

2 — Os pedidos de prorrogação deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:
a) Cópia do certificado de classificação industrial de construção civil válido, com exibição do original do mesmo, ou, se for o caso, cópia do registo na atividade de construção civil;
b) Apólice de seguro de acidentes de trabalho do industrial de construção civil ou do titular de registo;
c) Original do título da operação urbanística.

11. Em 9 de outubro de 2023, o Sr. António Boavida terminou a execução das obras de construção de uma moradia unifamiliar.

a) Tendo por referência o disposto no RJUE, diga, fundamentando, quais são as obrigações que o Sr. António Boavida deve cumprir que permitam iniciar a utilização do edifício. (*1 valor)*

Após o término da execução das obras, os promotores encontram-se obrigados, nos termos do artigo 86.º do RJUE, ao levantamento do estaleiro, limpeza da área e reparação de eventuais danos provocados em infraestruturas públicas e, posteriormente, ao pedido de autorização de utilização, ao abrigo do artigo 62.º e seguintes do RJUE.

12. O licenciamento da ocupação do espaço público, para efeitos de realização de operações urbanísticas, é um procedimento administrativo previsto no Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação de Mealhada.

Indique, pelo menos, um fundamento para a recusa de um pedido de licenciamento de ocupação do espaço público. (*1 valor)*

Artigo 61.º do RMUE

Por decisão do Presidente da Câmara Municipal, pode ser recusado o licenciamento sempre que:

a) Da ocupação requerida resultem graves prejuízos, quer para a utilização e trânsito na via pública, quer para a estética das povoações ou beleza da paisagem;

b) A obra ou os trabalhos dos quais decorra a ocupação estejam embargados, quer por decisão do Presidente da Câmara Municipal, quer por qualquer outra entidade com competência para tal;

c) A ocupação viole as normas legais e regulamentares aplicáveis.

13. A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, estabelece o regime de qualificações gerais e especiais para a elaboração de projeto, fiscalização e direção de obra.

A função de diretor de obra pode ser desempenhada por um técnico que não possua um contrato (vínculo laboral ou prestação de serviços) com empresa executante das obras? Justifique e fundamente (*1 valor)*

Esta função deve ser exercida por técnico que possua um vínculo com a empresa executante – artigo 22.º n.º 4 alínea c) da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.

14. O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, instituiu o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

Tendo por base este regime especial, qual o procedimento exigível a qualquer interessado que pretenda alterar a titularidade da exploração de um estabelecimento de restauração e bebidas? *(0,75 valores)*

O procedimento exigível é uma mera comunicação prévia, como determina o artigo 4.º n.º 2 do Anexo do Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

15. O Sr. Joselito Carriço pretende consultar um processo de licenciamento de obras de um seu vizinho, não tendo autorização deste para o fazer.

a) A lei permite esta consulta? Justifique e fundamente *(0,75 valores)*

Permite, nos termos do artigo 5.º n.º 1 da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na redação atual.

b) É permitido o fornecimento de cópias de documentos constantes do mesmo processo? Justifique. *(0,25 valores)*

Sim, de acordo com o mesmo artigo 5.º.

ANEXO II

Resultados da Prova de Conhecimentos

N.º da prova	Nome	Resultados
15956	Ana Carolina Soares Góis	3,5
15486	Ana dos Santos Ferreira	6
15962	Ana Raquel Marques Amaral Candeias	5,75
15965	André João Coelho de Almeida	1,25
15228	Carla Sofia Vasco Santos	9,5
15911	Inês Ferreira Figueiredo	4,25
15227	Isabel Maria Oliveira Martins	7,5
15517	Manuel Cláudio Teixeira e Costa	8
15538	Márcia Raquel Vieira Dinis	3,25
15955	Maria Anabela Tavares Henriques	8,25
15540	Maria João da Silva Simões	15,25
15541	Mariana Dias Coimbra de Melo	14
15899	Marlene da Silva Pinto	4
15901	Marta Margarida de Oliveira Rodrigues	2,25
15984	Mónica Raquel Valdiviesso Neto Pires	Desistiu
15281	Rui Jorge Barbosa Fonseca Soares	3,75
15674	Sandra Cristina Correia Martins	3,25
15610	Sara Margarida da Silva Ramos	8,25
15485	Tânia Sofia Ferreira Alves	5
15985	Tânia Vieira Martins	Desistiu
15900	Vera Lúcia da Silva Pinto	3,25